

## Relatório da administração

Senhores Acionistas:

As Diretorias das empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentam aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Parecer dos Auditores Independentes.

## Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

ATIVO	2013	2012
<b>Circulante</b>	<b>46.409.199</b>	<b>49.152.935</b>
Disponibilidades (nota 4)	532.613	143.694
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)</b>	<b>10.621.574</b>	<b>11.696.092</b>
Aplicações em operações compromissadas	9.782.453	9.886.769
Aplicações em depósitos interfinanceiros	815.866	1.058.059
Aplicações em moedas estrangeiras	23.255	751.264
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (notas 6 e 7)</b>	<b>7.115.448</b>	<b>5.664.577</b>
Carteira própria	4.657.542	3.282.931
Instrumentos financeiros derivativos	1.704.953	1.690.109
Vinculados à prestação de garantias	752.953	158.633
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>2.919.775</b>	<b>4.112.483</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	370.025	389.894
Créditos vinculados	-	-
Depósitos no Banco Central	2.545.637	3.720.229
Correspondentes bancários	4.113	2.360
<b>Relações interdependências</b>	<b>109</b>	<b>179</b>
Transferências internas de recursos	-	-
<b>Operações de crédito (nota 8)</b>	<b>8.911.899</b>	<b>8.685.916</b>
Operações de crédito setor privado	10.209.899	10.102.356
Operações de crédito setor público	-	107.699
Operações de crédito vinculadas à cessão	12.095	1.306
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.310.095)	(1.525.445)
<b>Operações de arrendamento mercantil (nota 8)</b>	<b>138.469</b>	<b>158.633</b>
Operações de arrendamento a receber setor privado	140.271	161.368
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(1.802)	(2.735)
<b>Outros créditos</b>	<b>16.145.305</b>	<b>18.641.158</b>
Avais e fianças honradas	1.402	179
Operações de câmbio (nota 9)	7.604.178	11.322.125
Rendas a receber	66.969	54.795
Negociação e intermediação de valores (nota 10)	813.507	439.452
Créditos tributários (nota 11)	706.317	601.872
Diversos (nota 12)	7.235.552	6.568.399
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	(282.620)	(345.485)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>24.007</b>	<b>50.203</b>
Outros valores e bens	165	792
Despesas antecipadas (nota 13)	23.842	49.411
<b>Não circulante</b>	<b>15.033.556</b>	<b>12.999.533</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>13.822.051</b>	<b>11.875.620</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)</b>	<b>52.501</b>	<b>149.880</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	52.501	149.880
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (notas 6 e 7)</b>	<b>7.458.237</b>	<b>6.654.063</b>
Carteira própria	736.265	2.172.030
Vinculados a operações compromissadas	2.676.689	1.460.633
Instrumentos financeiros derivativos	1.331.462	1.199.452
Vinculados à prestação de garantias	2.713.821	1.821.948
<b>Operações de crédito (nota 8)</b>	<b>3.501.337</b>	<b>2.978.038</b>
Operações de crédito setor privado	3.854.231	3.195.942
Operações de crédito vinculadas à cessão	-	16.239
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(352.894)	(234.143)
<b>Operações de arrendamento mercantil (nota 8)</b>	<b>165</b>	<b>39</b>
Operações de arrendamento a receber setor privado	321	502
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(156)	(463)
<b>Outros créditos</b>	<b>2.804.366</b>	<b>2.082.998</b>
Operações de câmbio (nota 9)	600.840	124.185
Créditos tributários (nota 11)	918.349	756.029
Diversos (nota 12)	1.417.031	1.334.400
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	(131.854)	(131.616)
<b>Outs valores e bens</b>	<b>5.445</b>	<b>10.602</b>
Despesas antecipadas (nota 13)	5.445	10.602
<b>Permanente</b>	<b>1.211.505</b>	<b>1.123.913</b>
<b>Investimentos (nota 14)</b>	<b>335.631</b>	<b>273.720</b>
Participações em coligadas	325.563	264.547
Outros investimentos	13.519	12.624
Provisão para perdas	(3.451)	(3.451)
<b>Imobilizado de uso (nota 15)</b>	<b>214.390</b>	<b>198.496</b>
Imóveis de uso	66.197	66.197
Imobilizações em curso	36.202	30.878
Sistemas de processamento de dados	158.007	146.961
Outras imobilizações de uso	337.622	303.244
Depreciações acumuladas	(383.638)	(348.750)
<b>Diferido (nota 16)</b>	<b>46.168</b>	<b>78.440</b>
Gastos de organização e expansão	382.693	396.431
Amortizações acumuladas	(336.525)	(317.991)
<b>Intangível (nota 17)</b>	<b>615.316</b>	<b>573.257</b>
Ativos intangíveis	771.410	673.617
Amortizações acumuladas	(156.094)	(100.360)
<b>Total do ativo</b>	<b>61.442.755</b>	<b>62.152.468</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>3.376.701</b>	<b>900.000</b>	<b>249</b>	<b>403.896</b>	<b>2.132.270</b>	<b>16.355</b>	<b>6.880.281</b>	
Ajuste de mudança de prática contábil - reversão de amortização de ágio (nota 2b)	-	-	-	-	-	(54.097)	50.810	50.810
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos - adoção do CPC 33(R1) (nota 2b)	-	-	-	-	-	(37.742)	50.810	6.826.184
<b>Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>3.376.701</b>	<b>900.000</b>	<b>249</b>	<b>403.896</b>	<b>2.132.270</b>	<b>80.056</b>	<b>6.826.184</b>	
Aumento de capital (nota 24)	900.000	(900.000)	-	-	-	-	-	80.056
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	478.744	478.744
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	200.000
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	(23.525)
Dividendos (nota 24)	-	-	-	-	-	-	-	42.314
Reserva legal	-	-	249	443.294	2.730.837	-	99.355	7.584.984
<b>Saldos em 30 de junho de 2012</b>	<b>4.276.701</b>	-	<b>249</b>	<b>427.421</b>	<b>2.332.270</b>	<b>42.314</b>	<b>506.029</b>	<b>7.584.984</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2012</b>	<b>4.376.701</b>	-	<b>249</b>	<b>443.294</b>	<b>2.730.837</b>	<b>99.355</b>	<b>7.650.436</b>	
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos - adoção do CPC 33(R1) (nota 2b)	-	-	-	-	-	(100.177)	-	(100.177)
<b>Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.376.701</b>	-	<b>249</b>	<b>443.294</b>	<b>2.730.837</b>	<b>(822)</b>	<b>7.550.259</b>	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(270.515)	-	(270.515)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	438.944	438.944
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	(23.551)
Reserva legal	-	-	249	466.845	2.730.837	-	415.393	7.718.688
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	<b>4.376.701</b>	-	<b>249</b>	<b>466.845</b>	<b>2.730.837</b>	<b>(271.337)</b>	<b>415.393</b>	<b>7.718.688</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

### 1 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas ("Combinadas") do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes do Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras das empresas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais das empresas constantes nesse Conglomerado estão sendo publicadas separadamente.

A autorização para a publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Conglomerado em 22 de agosto de 2013.

### 2 Descrição das principais práticas de consolidação

a) Na preparação das demonstrações financeiras combinadas, foram adotados, quando aplicável, os critérios para a consolidação em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, instituído pela Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987, do Banco Central do Brasil:

- Foram eliminadas as participações societárias entre as empresas consolidadas;
- Foram eliminadas as despesas e as receitas decorrentes de negócios entre as empresas combinadas;
- Foram eliminados os direitos e as obrigações assumidos entre as empresas combinadas;
- As operações de arrendamento mercantil estão sendo demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas para o grupo "Operações de arrendamento mercantil".

Destacamos as principais sociedades incluídas nas demonstrações financeiras combinadas em 30 de junho:

Descrição	Percentual de combinação		
	Atividade	2013	2012
<b>Instituições Combinadas</b>			
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100,00	100,00
Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade)	Bancária	100,00	100,00
Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Leasing)	Arrendamento	99,99	99,99
Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora)	Distribuidora	100,00	100,00
Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. (Corretora)	Corretora	100,00	100,00
Banco Citicard S.A. (Citicard)	Bancária	100,00	100,00

**Pelo método de equivalência patrimonial**

Descrição	Atividade	2013	2012
Citifinancial Promotora de Negócios e Cobrança Ltda. ("Citifinancial")	Serviços	100,00	100,00
Elivon do Brasil Soluções de Pagamento S.A.	Serviços	49,90	49,90

### b) Reapresentação das demonstrações financeiras do 1º semestre de 2012

1) A Administração durante o 2º semestre de 2012, alterou a prática contábil referente ao ágio na aquisição da sociedade Credicard Administração Ltda., para que este passasse a ser considerado um intangível sem vida útil definida, por entender que o principal ativo adquirido foi a marca "Credicard". Para fins de comparabilidade a Administração efetuou os lançamentos listados abaixo, nos saldos do 1º semestre de 2012:

Descrição	Publicado em junho 2012	Ajustes (nota 31)	Valor reapresentado
<b>Balanco Patrimonial</b>			
Ativo intangível	471.329	101.928	573.257
Fiscais e previdenciários	672.766	42.876	715.642
Lucros acumulados - saldo em 31/12/2011	-	50.810	50.810
<b>Demonstração de resultado em 30/06/2012</b>			
Outras despesas administrativas	(970.000)	14.916	(955.084)
Outras despesas operacionais	(590.026)	(1.178)	(591.204)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(351.581)	(5.496)	(357.077)

2) A partir de 1º de janeiro de 2013 entrou em vigor o pronunciamento técnico CPC 33(R1) que trata dos aspectos contábeis de benefícios para funcionários.

As principais alterações no balanço são: i) exclusão da possibilidade de utilização do método do corredor; ii) os ganhos e perdas atuários passam a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o passivo atuarial (Ajustes de Avaliação Patrimonial).

As remensurações do valor líquido de ativo ou passivo atuarial são reconhecidas contra ajustes de avaliação patrimonial e não devem ser reclassificadas para o resultado no período subsequente; iii) inclusão de novos requisitos de divulgação nas demonstrações contábeis; iv) o pronunciamento deve ser aplicado de forma retrospectiva, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção do referido pronunciamento, aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, ocasionou os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras:

Descrição	Publicado em junho 2012	Ajustes (nota 31)	Valor reapresentado
<b>Balanco Patrimonial</b>			
Outras Obrigações - Diversas	(7.964.693)	(85.299)	(8.049.992)
Crédito Tributário	1.326.299	31.202	1.357.501
Ajuste de avaliação patrimonial - Saldo em 30/06/2012	(96.411)	54.097	(42.314)
Ajuste de avaliação patrimonial - Saldo em 31/12/2012	(99.355)	100.177	822

O banco utilizava o método corredor, cujos cálculos eram feitos anualmente e os efeitos reconhecidos no final do exercício, por esse motivo não há impacto no resultado do primeiro semestre.

PASSIVO	2013	2012
<b>Circulante</b>	<b>39.182.153</b>	<b>42.737.313</b>
<b>Depósitos (nota 18)</b>	<b>9.239.507</b>	<b>7.902.320</b>
Depósitos à vista	4.866.515	4.233.469
Depósitos de poupança	1.150.256	808.687
Depósitos a prazo	2.808.400	2.699.957
Depósitos interfinanceiros	254.590	21.104
Outros depósitos	159.746	139.103
<b>Obrigações por operações compromissadas (nota 19)</b>	<b>4.021.091</b>	<b>4.021.091</b>
Carteira própria	-	1.104.600
Carteira de terceiros	-	2.916.491
<b>Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares</b>	<b>1.172.466</b>	<b>564.367</b>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	1.172.466	564.367
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>252.031</b>	<b>364.299</b>
Recebimento e pagamento a liquidar	252.031	364.299
<b>Relações interdependências</b>	<b>1.004.622</b>	<b>1.680.210</b>
Recursos em trânsito de terceiros	1.004.622	1.680.210
<b>Obrigações por empréstimos (nota 20)</b>	<b>4.165.131</b>	<b>6.042.186</b>
Empréstimos no exterior	4.165.131	6.042.186
<b>Obrigações por repasses do país (nota 20)</b>	<b>51.488</b>	<b>278.327</b>
Instituições oficiais	-	-
BNDES	42.128	270.172
FINAME	9.360	8.155
<b>Obrigações por repasses do exterior (nota 20)</b>	<b>1.125.888</b>	<b>212.590</b>
Repasses do exterior	1.125.888	212.590
<b>Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)</b>	<b>1.824.015</b>	<b>1.442.856</b>
Instrumentos financeiros derivativos	1.824.015	1.442.856
<b>Outras obrigações</b>	<b>20.347.005</b>	<b>20.229.067</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	199.352	218.477
Operações de câmbio (nota 9)	5.852.048	8.006.685
Sociais e estatutárias	31.486	35.033
Fiscais e previdenciárias (nota 21)	667.013	715.642
Negociação e intermediação de valores (nota 10)	4.537.992	3.286.430
Diversas (nota 22)	9.059.114	7.966.800
<b>Não circulante</b>	<b>14.541.914</b>	<b>11.830.171</b>
<b>Depósitos (nota 18)</b>	<b>6.025.532</b>	<b>7.699.227</b>
Depósitos a prazo	6.025.532	7.699.227
Depósitos interfinanceiros	-	213.500
<b>Obrigações por operações compromissadas (nota 19)</b>	<b>4.020.935</b>	<b>469.982</b>
Carteira própria	2.432.357	338.481
Carteira de terceiros	1.099.241	-
Carteira livre movimentação	489.337	131.501
<b>Obrigações por empréstimos (nota 20)</b>		

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à superveniência ou insuflência de depreciação descrita na nota 3i.

#### iii. Diferido

Conforme Resolução nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, do Conselho Monetário Nacional - CMN, os valores capitalizados até 30 de setembro de 2008, devem permanecer neste subgrupo até sua completa amortização e novos valores não podem ser adicionados.

O ativo diferido é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa de 20% ao ano;
- Benfitorias em imóveis de terceiros registradas pelo custo de aquisição ou formação, amortizadas com base no contrato de locação do imóvel;
- Os saldos líquidos, das suas respectivas amortizações e depreciações, são submetidos às revisões periódicas de testes de *impairment* conforme descrito na nota 3n.

#### iv. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Ágio na aquisição de investimento amortizado pelo período de 60 meses.
- O valor pago a marca "Credicard" é considerado como ativo intangível sem vida útil definida, portanto sem amortização.
- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa de 20% ao ano;
- Ativos intangíveis frutos de pagamento para aquisição de direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelos prazos contratuais;
- Parcerias firmadas para a exploração de imagem e programa de fidelidade em cartão de crédito *co-brand*, amortizados pelos prazos contratuais.

#### n. Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

#### o. Obrigações por empréstimos e passagens

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

#### p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com a determinação estabelecida na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, que aprova a utilização do CPC 25.

#### i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

**Passivos contingentes** - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

- No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido, calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nessa fase processual, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas.

Quando da sentença em primeira instância, em sendo avaliada a perda como provável, será provisionado o "valor do risco de perda" estimado pela Administração. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica.

- As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica "Outras obrigações - diversas".

#### ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

#### q. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda.

Introduzido pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o Conglomerado adotou o Regime Transitório Tributário - RTT, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais. Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que cada Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

#### r. Plano de incentivos com base em ações

O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliações em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que o Banco efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com constatação das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição. As variações posteriores no valor justo de todos os prêmios não exercidos são revisadas anualmente, e quaisquer alterações de valor são reconhecidas no resultado do exercício.

• *Stock Option*, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção.

O *Stock Option* é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

#### s. Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo para os empregados atuais estão sendo reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida a prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e estão registrados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

## 4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2013		2012	
	Até 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Disponibilidades em moeda nacional	132.747	-	-	89.836
Disponibilidades em moedas estrangeiras	399.340	-	-	53.360
Aplicações temporárias em ouro	-	526	-	498
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	7.036.824	-	-	6.815.497
Aplicações em depósitos interfinanceiros	250.329	-	-	351.698
Aplicações em moedas estrangeiras	23.255	-	-	751.264
<b>Total</b>	<b>7.843.021</b>	<b>8.062.153</b>	<b>-</b>	<b>8.062.153</b>

## 5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2013				
	Até 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>	<b>8.666.080</b>	<b>1.116.373</b>	-	-	<b>9.782.453</b>
<b>Posição bancada</b>	<b>4.322.048</b>	<b>1.116.373</b>	-	-	<b>5.438.421</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	963.338	1.014.729	-	-	1.978.067
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.262.710	101.644	-	-	3.364.354
<b>Posição financiada</b>	<b>3.925.064</b>	-	-	-	<b>3.925.064</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.652.011	-	-	-	2.652.011
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.273.053	-	-	-	1.273.053
<b>Posição vendida</b>	<b>514.968</b>	-	-	-	<b>514.968</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	514.968	-	-	-	514.968
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>250.329</b>	<b>565.537</b>	<b>50.762</b>	<b>1.739</b>	<b>868.367</b>
Certificados de depósitos interfinanceiros	250.329	565.537	50.762	1.739	868.367
<b>Outras aplicações</b>	<b>23.255</b>	-	-	-	<b>23.255</b>
Aplicações em moedas estrangeiras	23.255	-	-	-	23.255
<b>Total</b>	<b>8.939.664</b>	<b>1.681.910</b>	<b>50.762</b>	<b>1.739</b>	<b>10.674.075</b>

	2012				
	Até 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>	<b>9.861.702</b>	<b>25.067</b>	-	-	<b>9.886.769</b>
<b>Posição bancada</b>	<b>6.832.922</b>	<b>25.067</b>	-	-	<b>6.857.989</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	170.991	-	-	-	170.991
Letras do Tesouro Nacional - LTN	467.151	-	-	-	467.151
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.194.780	25.067	-	-	6.219.847
<b>Posição financiada</b>	<b>2.907.711</b>	-	-	-	<b>2.907.711</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.961.717	-	-	-	1.961.717
Notas do Tesouro Nacional - NTN	945.994	-	-	-	945.994
<b>Posição vendida</b>	<b>121.069</b>	-	-	-	<b>121.069</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	121.069	-	-	-	121.069
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>351.698</b>	<b>706.361</b>	<b>136.446</b>	<b>13.434</b>	<b>1.207.939</b>
Certificados de depósitos interfinanceiros	351.698	706.361	136.446	13.434	1.207.939
<b>Outras aplicações</b>	<b>751.264</b>	-	-	-	<b>751.264</b>
Aplicações em moeda estrangeira	751.264	-	-	-	751.264
<b>Total</b>	<b>10.964.664</b>	<b>731.428</b>	<b>136.446</b>	<b>13.434</b>	<b>11.845.972</b>

## 6 | Títulos e valores mobiliários

### a. Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2013						
	Custo atualizado	Valor de mercado	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Carteira própria</b>	<b>3.557.053</b>	<b>3.515.831</b>	<b>107.620</b>	<b>508.081</b>	<b>974.489</b>	<b>1.732.861</b>	<b>182.780</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.427.998	2.403.964	-	210.293	736.317	1.378.754	78.600
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.668	2.668	-	2.668	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.010.982	1.001.579	-	295.120	238.172	354.107	114.180
Ações recebidas por empréstimos	39.749	39.009	-	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	61.560	54.416	-	54.416	-	-	-
Cotas de fundo de índice de mercado	14.096	14.195	-	14.195	-	-	-
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>754.976</b>	<b>749.375</b>	-	<b>35.217</b>	<b>471.576</b>	<b>242.582</b>	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	258.120	258.655	-	13.252	2.821	242.582	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	496.856	490.720	-	21.965	468.755	-	-
<b>Total</b>	<b>4.312.029</b>	<b>4.265.206</b>	<b>107.620</b>	<b>543.298</b>	<b>1.446.065</b>	<b>1.975.443</b>	<b>192.780</b>

	2012						
	Custo atualizado	Valor de mercado	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Carteira própria</b>	<b>2.794.859</b>	<b>2.921.753</b>	<b>120.939</b>	<b>1.067.712</b>	<b>1.284.943</b>	<b>328.051</b>	<b>120.108</b>
Letras do Tesouro Nacional - LFT	2.406.290	2.535.981	-	1.048.904	1.284.633	202.444	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFN	25.650	25.650	-	8.098	310	6.979	10.263
Notas do Tesouro Nacional - NTN	118.628	118.628	-	-	-	118.628	-
Ações recebidas por empréstimos	63.128	59.912	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos (1)	10.710	10.710	-	10.710	-	-	-
Ações de companhias abertas	44.421	45.871	-	45.871	-	-	-
Ações de companhias abertas - BDRs	9.440	10.791	-	10.791	-	-	-
Cotas de fundo de índice de mercado	4.367	4.365	-	4.365	-	-	-
Debêntures	112.225	109.845	-	-	-	-	109.845
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>689.775</b>	<b>670.844</b>	-	<b>288.402</b>	<b>155.922</b>	<b>226.520</b>	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	240.417	241.509	-	-	14.989	226.520	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	429.358	429.335	-	288.402	140.933	-	-
<b>Total</b>	<b>3.484.634</b>	<b>3.592.597</b>	<b>120.939</b>	<b>1.356.114</b>	<b>1.440.865</b>	<b>554.571</b>	<b>120.108</b>

(1) É composto basicamente pelo investimento do Banco Citibank S.A. em cotas do Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis - série V, sendo que os créditos da carteira do fundo não são provenientes do Banco.

### b. Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2013						
	Custo atualizado	Valor de mercado	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Carteira própria</b>	<b>1.971.025</b>	<b>1.877.976</b>	<b>118.873</b>	<b>1.022.838</b>	<b>583.438</b>	<b>10.204</b>	<b>142.623</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.484	1.484	-	-	1.484	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.242.255	1.167.297	-	592.255	575.042	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	160.433	145.204	-	2.581	-	-	142.623
Debêntures	52.128	51.991	-	37.942	3.845	10.204	-
Cotas de fundos de investimento (1)	118.873	118.873	-	118.873	-	-	-
<i>Commercial paper</i>	142.948	142.948	-	142.948	-	-	-
Letras Financeiras	252.904	250.179	-	247.112	3.067	-	-
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>	<b>2.769.864</b>	<b>2.676.689</b>	-	-	<b>2.676.689</b>	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.769.864	2.676.689	-	-	2.676.689	-	-
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>2.816.322</b>	<b>2.717.399</b>	<b>112</b>	<b>3.466</b>	<b>2.062.742</b>	<b>651.079</b>	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.804.775	2.705.872	-	-	2.054.793	651.079	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.486	3.466	-	3.466	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.949	7.949	-	-	7.949	-	-
Cotas de Fundo de Investimento	112	112	-	112	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.557.211</b>	<b>7.272.064</b>	<b>118.985</b>	<b>1.026.304</b>	<b>5.322.869</b>	<b>661.283</b>	<b>142.623</b>

|--|

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2012				
	Exposição no balanço patrimonial				
	Ativo		Passivo		
Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	
<b>Contratos Futuros</b>					
Pessoas jurídicas					
<b>Contratos a termo</b>	37.209.814	-	-	-	-
Instituições financeiras - não ligadas	397.549	397.422	397.422	(397.453)	(397.453)
Outras entidades ligadas - exterior	5.684	5.683	5.683	(5.682)	(5.682)
Pessoas jurídicas	178.264	178.207	178.207	(178.160)	(178.160)
<b>Opções</b>	<b>581.497</b>	<b>581.312</b>	<b>581.312</b>	<b>(581.295)</b>	<b>(581.295)</b>
Instituições financeiras - não ligadas	46.042.330	201.965	107.448	(49.609)	(51.759)
Outras entidades ligadas - exterior	871.287	61.211	33.353	(5.472)	(7.145)
Pessoas jurídicas	5.653.322	23.557	97.040	(273.398)	(370.307)
<b>Contratos de NDF</b>	<b>52.566.939</b>	<b>286.733</b>	<b>237.841</b>	<b>(328.479)</b>	<b>(429.211)</b>
Instituições financeiras - não ligadas	35.515	736	157	(20)	(438)
Outras entidades ligadas - exterior	339.023	16.057	13.643	(24.401)	(17.413)
Pessoas jurídicas	12.329.660	626.724	546.159	(349.589)	(232.109)
<b>Contratos de swaps</b>	<b>12.704.198</b>	<b>643.517</b>	<b>559.959</b>	<b>(374.010)</b>	<b>(249.960)</b>
Instituições financeiras - oficiais	157.208	2.013	21.128	-	-
Instituições financeiras - não ligadas	2.347.450	131.435	203.734	(262.413)	(287.844)
Instituições financeiras - ligadas	235.961	-	-	(54.142)	(2.680)
Outras entidades ligadas - exterior	6.078.281	167.230	303.588	(79.479)	(542.030)
Pessoas jurídicas	20.833.061	580.945	981.961	(857.803)	(898.961)
Pessoas físicas	1.499	38	38	(288)	(255)
<b>Total</b>	<b>29.653.460</b>	<b>881.661</b>	<b>1.510.449</b>	<b>(1.254.125)</b>	<b>(1.731.770)</b>
<b>Total</b>	<b>132.715.908</b>	<b>2.393.223</b>	<b>2.889.561</b>	<b>(2.537.909)</b>	<b>(2.992.236)</b>

O valor referencial dos contratos de derivativos registrados na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC montam R\$ 109.020.545 (2012 - R\$ 89.407.767), R\$ 37.454.959 (2012 - R\$ 42.726.644) e R\$ 846.309 (2012 - R\$ 581.497). Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros foram requeridas margens no valor de R\$ 1.959.014 (2012 - R\$ 1.576.864), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos e cotas de fundo de investimentos.

e) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado, estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
<b>Contratos</b>		
Futuros	337.880	515.680
Opções	(71.861)	74.038
Termo de títulos	6.062	18
NDF	146.890	28.544
Swap	(146.336)	(250.993)
<b>Total</b>	<b>272.635</b>	<b>367.287</b>

8 | Carteira de crédito

a. Composição da carteira de crédito por produto

	2013	2012
<b>Operações de crédito</b>	<b>14.076.225</b>	<b>13.423.543</b>
Empréstimos e títulos descontados	9.812.883	10.020.748
Financiamentos	2.624.792	1.877.983
Financiamentos rurais e agroindustriais	980.778	998.350
Financiamentos mobiliários	464.613	454.563
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	181.064	54.354
Operações de crédito vinculada a cessão (1)	12.095	17.545
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>140.592</b>	<b>161.870</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>8.384.871</b>	<b>9.200.938</b>
Títulos e créditos a receber (2) - (nota 12)	6.735.706	6.076.697
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9)	1.622.981	3.071.154
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	24.782	53.087
Crédito por avais e fianças honradas	1.402	-
<b>Total de operações de crédito</b>	<b>22.601.688</b>	<b>22.786.350</b>
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa (3)</b>	<b>(1.927.572)</b>	<b>(2.089.380)</b>
<b>Total líquido de operações de crédito</b>	<b>20.674.116</b>	<b>20.696.970</b>

(1) Refere-se, à cessão de operações de crédito imobiliário realizada em 1º de março de 2012 junto a *Brazilian Securities* Companhia de Securitização S.A., no montante de R\$ 19.020. Tal operação foi realizada a valor presente dos contratos e com 100% de coobrigação por parte do Banco. O saldo da coobrigação assumida com a contraparte em 30 de junho de 2013 é de R\$ 12.430 (2012 - R\$ 18.052).

(2) Referem-se, basicamente, às operações com cartão de crédito a vencer, e que serão reclassificadas para a rubrica "Operações de crédito" em caso de atraso e/ou pagamento de valor inferior ao total em aberto.

(3) O saldo da provisão para outros créditos, no balanço patrimonial, contempla também a provisão para opções por incentivos fiscais no valor de R\$ 125.263 (2012 - R\$ 125.263) e títulos de créditos a receber sem características de concessão de crédito no valor de R\$ 26.586 (2012 - R\$ 25.244).

b. Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	2013									
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Outros serviços	Pessoas físicas	Rural	Habituação	Total	Provisão	
AA	821.009	3.294.262	197.531	297.182	13.849	60.559	-	4.684.392	-	-
A	781.291	2.246.963	35.987	372.626	5.949.460	40.643	2	9.426.972	(47.135)	-
B	253.730	315.182	16.919	97.090	2.692.166	8.200	-	3.383.287	(33.833)	-
C	373.238	544.555	56.419	80.680	579.895	7.869	-	1.642.656	(49.280)	-
D	62.001	107.603	3.396	18.833	1.067.423	2.191	-	1.261.447	(126.145)	-
E	2.299	14.228	-	6.756	376.050	-	-	399.333	(119.800)	-
F	16.555	9.428	-	1.571	322.581	-	-	350.135	(175.068)	-
G	3.064	28.403	73	1.185	224.455	-	-	257.180	(180.026)	-
H	48.722	55.967	2.490	23.257	1.065.474	376	-	1.196.286	(1.196.286)	-
<b>Total</b>	<b>2.361.909</b>	<b>6.616.591</b>	<b>312.815</b>	<b>899.180</b>	<b>12.291.353</b>	<b>119.838</b>	<b>2</b>	<b>22.601.688</b>	<b>(1.927.572)</b>	<b>2012</b>

Nível de risco	2012									
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Outros serviços	Pessoas físicas	Rural	Habituação	Total	Provisão	
AA	725.733	3.218.436	84.118	403.274	43.268	24.075	-	4.498.904	-	-
A	1.253.486	2.535.149	110.139	438.496	5.932.350	100.836	484	10.370.940	(51.854)	-
B	505.094	446.579	33.396	161.220	2.483.791	16.076	-	3.646.156	(36.462)	-
C	83.838	237.267	2.891	56.612	556.600	114	-	937.322	(28.120)	-
D	40.053	100.148	19.033	11.470	862.671	29.246	-	1.062.621	(106.262)	-
E	6.583	52.151	5.042	7.210	314.047	-	-	385.033	(115.510)	-
F	4.490	6.030	28	577	334.510	-	-	345.635	(172.818)	-
G	4.160	23.814	29	760	231.349	-	-	260.112	(182.078)	-
H	204.173	146.048	196	8.674	920.468	68	-	1.279.627	(1.279.627)	-
<b>Total</b>	<b>2.827.610</b>	<b>6.765.622</b>	<b>254.872</b>	<b>1.088.293</b>	<b>11.679.054</b>	<b>170.415</b>	<b>484</b>	<b>22.786.350</b>	<b>(1.927.572)</b>	<b>2012</b>

(1) Em 30 de junho de 2012 o Citicard mantém a constituição de provisão adicional no mínimo requerido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, baseada no comportamento histórico das carteiras de crédito. A Administração decidiu reverter o valor de provisão adicional durante o 1º semestre de 2013, em razão do comportamento histórico das perdas indicar níveis menores.

c. Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	Saldo da carteira					Provisão				
	Curso normal	Vencidas + 14 dias	Total	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidas + 14 dias	Total	%	
	AA	4.684.392	-	4.684.392	20,73	0,50%	(47.135)	-	(47.135)	1,00%
A	9.426.972	-	9.426.972	41,71	0,50%	(47.135)	-	(47.135)	1,00%	
B	3.280.746	102.542	3.383.288	14,97	1,00%	(32.807)	(1.026)	(33.833)	1,00%	
C	1.562.303	80.353	1.642.656	7,27	3,00%	(46.869)	(2.411)	(49.280)	3,00%	
D	1.129.192	132.255	1.261.447	5,58	10,00%	(112.920)	(13.225)	(126.145)	10,00%	
E	297.004	102.329	399.333	1,77	30,00%	(89.101)	(30.699)	(119.800)	30,00%	
F	88.943	261.192	350.135	1,55	50,00%	(44.472)	(130.596)	(175.068)	50,00%	
G	65.291	191.889	257.180	1,14	70,00%	(45.704)	(134.322)	(180.026)	70,00%	
H	338.785	857.500	1.196.285	5,28	100,00%	(338.785)	(857.500)	(1.196.285)	100,00%	
<b>Total</b>	<b>20.873.628</b>	<b>1.728.060</b>	<b>22.601.688</b>	<b>100,00</b>	<b>(797.933)</b>	<b>(1.169.779)</b>	<b>(1.927.572)</b>	<b>(1.927.572)</b>	<b>100,00</b>	

Nível de risco	Saldo da carteira					Provisão				
	Curso normal	Vencidas + 14 dias	Total	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidas + 14 dias	Total	%	
	AA	4.498.904	-	4.498.904	19,75	0,50%	(51.854)	-	(51.854)	1,00%
A	10.370.940	-	10.370.940	45,51	0,50%	(51.854)	-	(51.854)	1,00%	
B	3.592.801	53.355	3.646.156	16,00	1,00%	(35.928)	(534)	(36.462)	1,00%	
C	887.465	49.857	937.322	4,11	3,00%	(26.624)	(1.496)	(28.120)	3,00%	
D	912.533	150.088	1.062.621	4,66	10,00%	(91.254)	(15.008)	(106.262)	10,00%	
E	287.060	97.973	385.033	1,69	30,00%	(86.118)	(29.392)	(115.510)	30,00%	
F	82.666	262.969	345.635	1,52	50,00%	(41.333)	(131.485)	(172.818)	50,00%	
G	49.447	210.665	260.112	1,14	70,00%	(34.613)	(147.465)	(182.078)	70,00%	
H	330.199	949.428	1.279.627	5,62	100,00%	(330.199)	(949.428)	(1.279.627)	100,00%	
<b>Total</b>	<b>21.012.015</b>	<b>1.774.335</b>	<b>22.786.350</b>	<b>100,00</b>	<b>(797.923)</b>	<b>(1.274.808)</b>	<b>(1.927.572)</b>	<b>(1.927.572)</b>	<b>100,00</b>	

d. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2013	2012
Vencidos há mais de 14 dias	1.728.060	1.774.335
A vencer até 90 dias	10.374.228	10.702.252
A vencer entre 91 e 360 dias	6.580.784	6.908.709
Acima de 360 dias	3.918.616	3.401.054
<b>Total</b>	<b>22.601.688</b>	<b>22.786.350</b>

e. Composição da carteira de crédito por concentração

	2013	2012
10 maiores devedores	1.785.391	1.858.388
20 seguintes maiores devedores	1.708.071	1.804.166
50 seguintes maiores devedores	1.967.480	2.148.456
100 seguintes maiores devedores	1.700.436	2.003.266
Demais clientes	15.440.310	68.31
<b>Total</b>	<b>22.601.688</b>	<b>22.786.350</b>

f. Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2013	2012
<b>Crédito com características de concessão de crédito</b>		
Saldo inicial	(2.116.134)	(2.127.108)
Constituições nos semestres	(556.520)	(631.679)
Créditos baixados para prejuízo nos semestres	745.082	669.407
<b>Saldo</b>	<b>(1.927.572)</b>	<b>(2.089.380)</b>

Crédito sem características de concessão de crédito (1)  
Saldo inicial (148.928) (171.892)  
Constituições nos semestres (2.922) (1.645)  
Créditos baixados para prejuízo nos semestres 23.030  
Saldo final (151.850) (150.507)  
Total (2.079.422) (2.239.887)  
Recuperação de créditos baixados como prejuízo 146.285 152.263  
Renegociação de créditos 28.333 220.793  
(1) Refere-se, basicamente, à provisão para perdas com incentivos fiscais, registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (nota 12).

g. Composição do resultado de operações de crédito

	2013	2012
Empréstimos	1.690.387	1.767.967
Títulos descontados	48.769	46.632
Financiamentos	65.017	62.489
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	146.285	152.283
Financiamentos à exportação	83.966	69.171
Financiamentos rurais	25.799	32.067
Financiamentos em moedas estrangeiras	214	633
Adiantamentos a depositantes	4.840	4.553

...Continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

### 20) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se à captação de recursos para aplicação ou repasse no mercado local. Essas obrigações estão sujeitas a variação cambial, quando aplicável, e a taxa de juros que variam de 0,21% a 18,3% ao ano (2012 - de 0,31% a 18,3% ao ano).

#### a. Obrigações por empréstimos

	2013		2012	
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
No exterior	1.504.574	2.660.557	45.573	4.210.704
				<b>2012</b>
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
No exterior	4.289.686	1.752.500	-	6.042.186

#### b. Obrigações por repasses

	2013		2012	
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
No país	1.264	50.224	193.724	245.212
FINAME	570	8.790	78.968	88.328
BNDES	694	41.434	114.756	156.884
No exterior	593.790	532.098	1.081.670	2.207.558
<b>Total</b>	<b>595.054</b>	<b>582.322</b>	<b>1.275.394</b>	<b>2.452.770</b>
				<b>2012</b>
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
No país	53.509	224.818	231.446	509.773
FINAME	1.189	6.966	130.588	138.743
BNDES	52.320	217.852	100.858	371.030
No exterior	103.472	109.118	1.082.840	1.295.430
<b>Total</b>	<b>156.981</b>	<b>333.936</b>	<b>1.314.286</b>	<b>1.805.203</b>

### 21) Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	424.792	-	420.673	-
Impostos e contribuições a recolher	95.738	-	111.028	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	-	-	9.592	-
Provisão para riscos fiscais (nota 23)	146.483	703.241	174.349	573.259
	<b>667.013</b>	<b>703.241</b>	<b>715.641</b>	<b>573.259</b>

(1) Provisão para impostos diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e resultado dos instrumentos financeiros derivativos.

### 22) Outras obrigações - Diversas

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 23)	673.633	-	621.819	-
Cretores diversos - banco mandatário (1)	1.405.531	-	1.205.651	-
Valores a liquidar - cartões de crédito (2)	5.866.463	-	5.273.623	-
Export notes (3)	-	-	63.057	-
Provisão para pagamentos a efetuar (4)	1.053.996	13.324	725.511	79.544
Recursos a liberar de crédito imobiliário	34.907	-	41.977	-
Outras obrigações por aquisição de bens e direitos	244	-	589	-
Diversas	24.340	-	34.573	3.648
<b>Total</b>	<b>9.059.114</b>	<b>13.324</b>	<b>7.966.800</b>	<b>83.192</b>

(1) Refere-se, basicamente, a exercício de contrato de mandato celebrado pelo Citibank N.A. - Filial Brasileira para administração de caixa de clientes incluindo a gestão de pagamentos e recebimentos.

(2) Os valores a liquidar - cartões de crédito referem-se substancialmente a valores a repassar aos adquirentes (empresas responsáveis pelo relacionamento com a rede de estabelecimentos) pelo fornecimento de bens e serviços oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.

(3) Os export notes estavam sujeitos a variação cambial e possuem taxas que variavam até 0,65% ao ano no semestre findo em 30 de junho de 2012. Os export notes foram liquidados em novembro de 2012.

(4) Refere-se, basicamente, a provisão para pagamento de bônus, participação nos resultados, passivo atuarial de plano de assistência médica e provisões com despesas de pessoal.

### 23) Passivos contingentes e obrigações legais

As empresas do Conglomerado são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

#### a. Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para riscos fiscais (1)	146.483	703.241	174.349	573.259
Provisão para contingências trabalhistas (2)	256.682	-	216.984	-
Provisão para contingências cíveis (2)	416.951	-	404.835	-
<b>Total</b>	<b>820.116</b>	<b>703.241</b>	<b>796.168</b>	<b>573.259</b>

(1) Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, e na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, o Conglomerado tem constituído provisão para riscos fiscais e cíveis, compostos basicamente, pelos seguintes casos:

• **COFINS Lei nº 9.718/98 - R\$ 583.027 (2012 - R\$ 488.144)** - Trata-se de medida judicial que visa afastar a exigência da COFINS exigida pela Lei nº 9.718/98, garantindo o direito de recolher essa contribuição nos termos da Lei Complementar nº 70/91. Foi obtida decisão favorável em 1ª instância judicial autorizando a incluir na base de cálculo da COFINS somente as receitas oriundas de serviços prestados. Aguarda-se decisão de segunda instância.

• **Ação indenizatória - R\$ 279.680 (2012 - R\$ 141.885)** - Trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acórdão de 2ª instância favorável ao Conglomerado. No semestre findo em 30 de junho de 2012, a Administração revisou o saldo provisionado e optou por reverter parte da provisão para adequá-la ao risco.

• **INSS Adicional de 2,5% - R\$ 92.544 (2012 - R\$ 89.829)** - Trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% da contribuição ao INSS para instituições financeiras. Aguarda-se decisão de segunda instância.

• **Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional: R\$ 89.849 (2012 - R\$ 73.529)** - Trata-se de Ação Ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações perpetradas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%. Aguardando decisão de primeira instância.

• **IRPJ - Compensação não homologada - R\$ 24.212 (2012 - R\$ 30.052)** - Trata-se de despacho decisório que homologou parcialmente compensações efetuadas pelo Banco. Aguardando decisão de segunda instância administrativa.

• **CPMF - R\$ 0 (2012 - R\$ 28.844)** - Tratava-se de processo onde requeremos equiparação da Leasing às demais instituições financeiras no tocante à incidência da CPMF. Após trânsito em julgado com decisão judicial favorável e baixa do débito junto a Receita Federal do Brasil - RFB, a entidade reverteu o valor de R\$ 26.515 no semestre.

• **CPMF anterioridade ano de 1998 - R\$ 11.590 (2012 - R\$ 10.914)** - Trata-se de medida judicial ajuizada para não recolhermos a CPMF no período compreendido entre 23 de fevereiro de 1998 a 13 de março de 1998 em razão da anterioridade. Aguarda-se decisão de segunda instância.

• **PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 9.823 (2012 - R\$ 9.402)** - Trata-se de processo onde se discute a dedução das despesas incorridas a título de prestação de serviços de corretagem para fins de apuração da base de cálculo do PIS e COFINS devidos a partir de 2003. Aguarda-se decisão de segunda instância.

• **PIS EC/17/97 - Anterioridade - R\$ 504 (2012 - R\$ 493)** - Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando o recolhimento do PIS do período compreendido entre julho de 1997 a fevereiro de 1998 com base na Lei Complementar nº 7/70. Aguarda-se decisão de segunda instância.

• **Auto de infração PIS/COFINS - R\$ 785 (2012 - R\$ 770)** - Trata-se de processo administrativo cobrando PIS/COFINS por falta de comprovação do pagamento. Aguarda-se decisão administrativa de primeira instância.

(2) O Conglomerado adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, e a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações trabalhistas em curso.

**Contingências classificadas com risco de perda possível**  
Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 1.848.739 (2012 - R\$ 2.063.097), compostas basicamente, pelos seguintes casos:

• **IRPJ/CSLL sobre correção monetária de depósitos judiciais - R\$ 303.760 (2012 - R\$ 298.082)** - Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Aguarda-se julgamento de segunda instância.

• **CPMF em operações de clientes - R\$ 282.302 (2012 - R\$ 276.436)** - Trata-se de Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas com clientes. Aguardando julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

• **Planos econômicos - R\$ 208.502 (2012 - R\$ 239.800)** - Trata-se de processos em que o cliente pleiteia o ressarcimento de eventuais perdas em decorrência de expurgos inflacionários. Aguarda-se decisão requerida em 3ª instância pelo Conglomerado.

• **PIS/COFINS despesas de captação - R\$ 115.085 (2012 - R\$ 109.666)** - Trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão de primeira instância administrativa.

• **Desmaturalização - BM&FBovespa - R\$ 76.245 (2012 - R\$ 72.629)** - Trata-se de processo onde se discute o recolhimento do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, PIS e COFINS auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&FBovespa em ações. Aguardam-se decisões de primeira e segunda instâncias.

• **Correção monetária IRPJ/CSLL/ILLL/AIRE do AC 1991 - R\$ 65.054 (2012 - R\$ 61.597)** - Trata-se de Mandado de Segurança em que se discute a correção monetária incidente sobre o IRPJ/CSLL/ILLL/AIRE do ano-calendário 1991, sendo que os débitos relativos a essa discussão foram depositados em juízo. A parcela referente ao IRPJ/CSLL foi objeto de desistência em razão da anistia concedida pela Lei 9.779/99, não tendo sido ainda tal adesão homologada pelas autoridades fiscais. Com relação ao AIRE/ILLL estes foram objeto de pedido de levantamento dos depósitos judiciais, tendo em vista a inconstitucionalidade da exigência desses tributos pelo Supremo Tribunal Federal. Para as mencionadas discussões estamos aguardando julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário.

• **Ações indenizatórias - R\$ 63.370 (2012 - R\$ 54.356)** - Trata-se de questionamento de negatização junto ao órgão de proteção ao crédito.

• **Contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros - R\$ 51.976 (2012 - R\$ 48.483)** - Auto de infração cobrando contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros dos empregados pagos de acordo com a Convenção Coletiva. Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário.

• **ISS em operações de leasing - R\$ 53.444 (2012 - R\$ 49.561)** - Trata-se de Autos de Infração lavrados para constituir créditos tributários de ISS sobre operações de arrendamento mercantil. Aguarda-se posicionamento do Órgão Plenário do Supremo Tribunal Federal.

• **Ações revisionais - R\$ 36.306 (2012 - R\$ 40.154)** - Trata-se de questionamento de cláusulas estabelecidas em contrato.

• **ISS sobre corretagem - R\$ 3.604 (2012 - R\$ 3.041)** - Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na BM&FBovespa S.A. Aguarda-se julgamento do recurso extraordinário.

#### b. Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/12				Saldo em 30/06/13			
	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização	Constituição	Utilização	Reversão	Atualização
Cíveis	401.653	79.367	(34.851)	(50.537)	21.319	416.951	-	-
Trabalhistas	256.620	54.418	(43.604)	(24.218)	13.466	256.882	-	-
Fiscais	822.174	44.912	(30.578)	(6.453)	19.669	849.724	-	-
<b>Total</b>	<b>1.480.446</b>	<b>178.697</b>	<b>(109.033)</b>	<b>(81.208)</b>	<b>54.454</b>	<b>1.523.357</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	Saldo em 31/12/11				Saldo em 30/06/12			
Cíveis	392.092	69.839	(385)	(78.865)	22.154	404.835	-	-
Trabalhistas	179.941	98.123	-	(70.755)	9.675	216.984	-	-
Fiscais	747.911	37.846	(61.306)	(1.760)	24.917	747.608	-	-
<b>Total</b>	<b>1.319.944</b>	<b>205.808</b>	<b>(61.691)</b>	<b>(151.380)</b>	<b>56.746</b>	<b>1.369.427</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 24) Pagamentos baseados em ações

Em 29 de outubro de 2009, o Banco fez uma concessão discricionária única de opções para empregados elegíveis em conformidade com o Programa de Concessão Ampla de Opções a Empregados do Citigroup (CEO) no âmbito do Plano de Incentivos de Ações de 2009 do Citigroup, conforme aprovado pelos acionistas do Citigroup em 21 de abril de 2009. Em conformidade com o CEO, o direito sobre as opções geralmente é adquirido igualmente ao longo de três anos, o prazo da opção corresponde a 6 anos a contar da data da concessão e as ações adquiridas no exercício não estão sujeitas a restrição de venda.

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 30 de junho de 2011 a Resolução nº 3.989, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2012, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10, que estabelece critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações.

#### a. Premissas de valor justo

As premissas utilizadas para avaliação das opções concedidas pelo Citigroup, com base em um modelo binomial de avaliação. A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade histórica em opções negociadas do Citigroup e efetuando ajustes nos pontos em que sejam conhecidos os fatores que podem afetar a volatilidade futura. A premissa sobre a expectativa anual de cancelamento de opções por perda do prazo de exercício toma por base a experiência histórica do Citigroup. Além disso, certas ações recebidas através de exercícios de opção, bem como outros tipos de opções concedidas, estão sujeitas a restrições de venda. Os descontos foram aplicados ao valor justo das opções concedidas de modo a refletir tais restrições de venda.

#### b. Programa de recompensa em ações

O Conglomerado participa do programa CAP do Citigroup, nas quais as ações ordinárias do Citigroup são concedidas sob a forma de ações restritas aos empregados participantes. Para o programa, durante o período de carência aplicável, as ações concedidas não podem ser vendidas ou transferidas pelo empregado participante, que está sujeito ao cancelamento do programa, caso seu contrato de trabalho seja rescindido. Após as concessões adquiridas, as ações tornam-se transferíveis e podem ser vendidas pelo empregado participante.

As recompensas em ações concedidas geralmente são adquiridas à razão de 25% ao ano, ao longo de quatro anos. A despesa associada a recompensas em ações é lançada contra resultado durante o período de aquisição, como se cada parcela de recompensa fosse uma recompensa em separado com sua própria data de aquisição. O programa prevê que os empregados que alcançaram uma determinada idade mais os anos de serviço requeridos (empregados elegíveis a aposentadoria) podem encerrar o vínculo empregatício e continuar com a programação de concessão de suas ações. Para esses participantes, o lançamento dessas recompensas como despesa contra resultado é acelerado com base na data em que as exigências de elegibilidade para a aposentadoria são atendidas.

Para determinadas recompensas com base em ações que sejam liquidadas de tal forma, o Banco reconhece como passivo a sua obrigação perante o Citigroup nos termos do *Stock Plans Affiliate Participation Agreement* - SPAPA. De acordo com o SPAPA, o Banco efetuará um pagamento para o Citigroup com base no preço das ações ordinárias do Citigroup na data de aquisição de cada recompensa concedida na forma de ações. As mudanças no valor contábil de tal passivo durante o período são refletidas como ajuste no resultado do semestre. O saldo da provisão no semestre findo em 30 de junho de 2013 totalizava R\$ 67.821 (2012 - R\$ 33.459).

### 25) Patrimônio líquido

#### a. Capital social

O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

Através da Deliberação realizada em 19 de dezembro de 2012, foi efetuado o aumento do capital social na Entidade de R\$ 100.000, passando de R\$ 957.700 para R\$ 1.057.700. A alteração do capital social foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 28 de dezembro de 2012.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 4 de setembro de 2012, foi deliberado o resgate da totalidade das ações preferenciais do Citicard no total de 9.114.123 ações preferenciais detidas pela Citibank Cartões Participações Ltda, que foram retiradas definitivamente de circulação sem redução de capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada em 30 de dezembro de 2011, foi deliberado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 900.000, sem emissões de ações, passando capital de R\$ 1.700.000 para R\$ 2.600.000. O aumento de capital foi com reserva de equalização de dividendos em R\$ 810.000 e reserva para reforço de capital de giro em R\$ 90.000. A alteração do capital social foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2012.

#### b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2013, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 23.552 (2012 - R\$ 23.525).

#### c. Reserva estatutária

Constituiu-se sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 10% do capital social e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Banco, estando limitada a 90% do seu capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada em 31 de dezembro de 2011, foi constituída provisão para pagamentos de dividendos no montante de R\$ 200.000 com utilização do saldo de lucros acumulados. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2012 foi deliberado a reversão da provisão para pagamento de dividendos como "Reserva de equalização de dividendos", no montante de R\$ 200.000

### 26) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2013	2012
Receitas de administração de fundos de investimento	104.245	85.803
Receitas de cobrança, comissão de colocação de títulos	40.210	30.718
Receitas de corretagens de operações em bolsas	35.733	42.279
Receitas de serviços de custódia	37.646	32.056
Receitas de serviços prestados	1.730	4.200
Receitas de utilização de serviços (1)	254.607	239.224
Receitas de comissões (2)	91.442	91.956

Receitas de corretagens envolvendo títulos, valores mobiliários, derivativos e custódia

Receitas de assessoria econômica financeira

Receitas de garantias prestadas

Receitas de outros serviços

**Total**

Receitas de tarifas bancárias - pessoa jurídica

Receitas de tarifas bancárias - pessoa física

Receitas de anuidades de cartões de crédito (3)

**Total**

(1) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida aos direitos de integrar o sistema de pagamentos via cartões de crédito.

(2) Referem-se, substancialmente, à comissão de administração de seguros e serviços de assistência.

(3) De acordo com a Carta-Circular nº 3.490, de 3 de março de 2011, do Banco Central do Brasil, a partir de julho de 2011, as receitas com anuidades de cartões de crédito, estão sendo apresentadas na rubrica "Receitas de tarifas bancárias".

### 27) Outras despesas administrativas

	2013	2012
Despesas de aluguel	(35.411)	(34.640)
Despesas de comunicação	(105.148)	(97.219)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(17.095)	(16.849)
Despesas de promoções e relações públicas	(72.545)	(71.711)

...Continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

### 33| Outras informações

#### a. Acordo de venda do Banco Citicard S.A.

Em 14 de maio de 2013, o Citi e o Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda de ações onde o Citi transferirá a participação total no Banco Citicard S.A. e na Citifinancial Promotora de Negócios e Cobrança Ltda. A conclusão desta operação está sujeita a aprovação dos órgãos reguladores. A transação incluirá os portfólios de cartões de crédito Credicard, além de financiamentos e crédito pessoal registrados no Banco Citibank S.A., e as lojas Credicard operadas pela Citifinancial. Não fazem parte do contrato os portfólios de cartões Citi e Diners, os cartões Corporativos, os cartões Credicard Platinum (exceto Credicard Exclusive) e todos os cartões Credicard American Airlines, que serão migrados para a marca Citi.

b. O Conglomerado é administrador de fundos de investimentos cujos patrimônios líquidos totalizam R\$ 96.019.507 (2012 - R\$ 91.153.120) e de carteiras administradas que totalizam R\$ 3.639.326 (2012 - R\$ 3.193.555).

c. Como parte das atividades normais, o Conglomerado assume compromissos e responsabilidades com avais e fianças prestadas a clientes que estão apresentados a seguir:

	2013	2012
Beneficiários em garantias prestadas	7.171.549	5.758.193
Créditos abertos para importação (nota 9)	30.140	39.592
Créditos de exportação confirmados	79.745	65.172
<b>Total</b>	<b>7.281.434</b>	<b>5.862.957</b>

d. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, não foi reconhecida perda por *impairment* para os ativos não financeiros.

e. O resultado não operacional está assim representado:

	2013	2012
Receitas de aluguel	1.247	1.574
Receita em termo de arbitragem	-	(214)
Despesa com alienação de valores e bens	(4.964)	-
Outras despesas não operacionais	(233)	(72)
<b>Total</b>	<b>(3.950)</b>	<b>1.288</b>

### 34| Provisão para reestruturação

O Citigroup está empreendendo uma série de ações globais com o objetivo de reduzir despesas e trazer mais eficiência para os seus negócios nos diversos segmentos em que atua. Entre as ações mencionadas está o plano de readequação da rede de distribuição do varejo no Brasil.

O plano divulgado possui o objetivo de manter uma base de custos menor, concentrando clientes e funcionários em agências mais bem localizadas e com melhor estrutura e capacidade de atendimento.

## A Diretoria

### Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto por cinco membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria externa, (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas, (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O Comitê reuniu-se formalmente por sete vezes durante o 1º semestre de 2013, onde desenvolveu as seguintes atividades:

a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Administradores e à Diretoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil (Conglomerado), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi constituída provisão para os gastos com a reestruturação, no montante de R\$ 49.433 (2011 - R\$ 0). Estes gastos referem-se, basicamente, a multa de contrato de aluguel, indenizações a funcionários e baixa de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Segue a movimentação do semestre findo em 30 de junho de 2013:

	Saldo em 31/12/12	Reversão	Utilização	Saldo em 30/06/13
Provisão para reestruturação	49.433	(14.497)	(18.820)	16.116
<b>Total</b>	<b>49.433</b>	<b>(14.497)</b>	<b>(18.820)</b>	<b>16.116</b>

### 35| Gerenciamento de risco de capital

Em atendimento à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu a Política de Gerenciamento de Capital. A política, as responsabilidades, os procedimentos e a estrutura seguem as diretrizes instituídas para Gerenciamento de Capital Global do Citigroup. A estrutura única de gerenciamento de capital do Citi Brasil está fundamentada em três princípios: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital é realizado de forma a maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Também são consideradas durante o processo de gerenciamento de capital as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

### 36| Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Citi mantém uma Estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma Estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Citi, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

**Primeira Linha de Defesa** - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

**Segunda Linha de Defesa** - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - *Enterprise Risk Manager, Finance, Recursos Humanos e Jurídico* estabelecem a segunda linha de defesa para aumentar a eficácia dos controles e a gestão de riscos operacionais por todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação das recomendações dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue padrões e o planejamento estabelecido pela Matriz, sendo que para todas as áreas auditadas são emitidos relatórios formais que são incluídos no sistema global do departamento de Auditoria Interna.

c. Prosseguiu com o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Controles Internos e Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.

d. Em atendimento a Resolução nº 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional - CMN, e Circulares nº 3.501/10 e nº 3.503/10, do Banco Central do Brasil, o Comitê de Auditoria analisou:

(i) o relatório quantitativo e qualitativo sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank;

(ii) o relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria; e

(iii) relatórios preparados pelos auditores internos e externos a respeito da adequação da estrutura de Ouvidoria. Constatou que a estrutura de Ouvidoria está compatível com a natureza e complexidade dos seus produtos e serviços.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Conglomerado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das

**Terceira Linha de Defesa:** A Auditoria Interna recomenda melhoria em base contínua e oferece avaliação e apreciação independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por estabelecer, supervisionar e dar as devidas orientações relacionadas ao ambiente de controles dos negócios, conforme estabelecido pelo processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como todos os requisitos regulatórios aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação das deficiências de controle agregadas e significativas da organização como um todo ao Comitê de Controles Internos e Compliance, assim como, quando necessário aos Auditores Independentes e órgãos reguladores.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho: Institucional/Código de Conduta e Políticas/Risco Operacional.

### 37| Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, instituiu em março de 2008 a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura seguem as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Citi no Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: a) limites; b) mensuração de riscos; c) modelos; d) avaliação de riscos nas carteiras de banking; e) apreçamento e marcação a mercado; e f) novas transações, atividades e operações complexas.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho e Institucional/Código de Conduta e Políticas/Risco de Mercado.

### 38| Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Citi Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito em nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

O detalhamento da estrutura de gerenciamento de risco de crédito está disponível em nosso site www.citi.com.br, no caminho Institucional/Código de Conduta e Políticas/Relatório de Risco.

Alexandre Macedo Barbosa - CRC: 1SP191859/O-5

e. Em sessão realizada em 20 de agosto, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2013, bem como dos pontos de atenção e das recomendações registradas no Relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, elaborado em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e acompanhamento das providências adotadas pela Administração para as recomendações de melhoria nos controles da Instituição.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no 1º semestre de 2013.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2013.

São Paulo, 20 de agosto de 2013

Comitê de Auditoria

demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 22 de agosto de 2013



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi  
Contador CRC 1SP176273/O-7